

Precariedade na educação
escolar indígena de Manicoré

Página 5

Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe
retoma terras tradicionais

Página 7

Cimi recebe prêmio
de Direitos Humanos

Página 13

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 329 • Brasília-DF • Outubro - 2010
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

RETROSPECTIVA
Com a nova
Secretaria de
Saúde indígena
haverá melhorias?

Páginas 3, 8 e 9

Lula, Dilma e os Guarani

Passados os dias da ressaca, dos santos e dos mortos, um feriadão inesquecível, voltemos aos primeiros habitantes dessa Terra de Santa Cruz. Para boa parte deles todos esses rituais pouco significam. O gesto maior de cidadania e democracia, que foi apertar dois números, foi apenas mais um voto de esperança.

Em muitas comunidades houve celebração e comemoração pela vitória da candidata Dilma Rousseff, que governará o país pelos próximos quatro anos. Já tarde da noite, toca o telefone: - “Estamos comemorando a vitória da Dilma aqui na aldeia Paraguasu”, me diz uma liderança Guarani. Fico surpreso com a notícia e, ainda meio sonolento, os felicito pelo gesto. Felicito-os, pois a cada eleição renovam a esperança, mesmo que depois, ao longo do mandato, amarguem muitas decepções. Ao telefone, ainda ouço as razões para tanta festa: “Pobre vota em pobre!”.

No dia seguinte vou conversar com Anastácio Guarani Kaiowá, liderança que por diversas vezes teve a oportunidade de conversar com o presidente Lula e alertá-lo da grave situação em que vive seu povo por causa da não demarcação das terras. “Espero que Dilma, enquanto mulher, mãe e presidente, seja sensível à causa dos povos indígenas, e tenha especial consideração com a difícil situação do grande povo Guarani e cumpra o disposto na Constituição, demarcando todas as terras indígenas e também garantindo os demais direitos que aí temos”.

Com uma pitadinha de ironia e desconfiança, Anastácio arrisca uma sugestão “a senhora como ministra foi

mãe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e agora como presidente poderia ter a histórica iniciativa do “programa de aceleração da demarcação das terras Guarani (PAG)”.

Pedra no sapato

Provavelmente a recém eleita presidente do país, Dilma Rousseff, herdará uma pedra no sapato – a não demarcação e garantia das terras dos Kaiowá Guarani, no Mato Grosso do Sul. É bom, que ao pensar a transição (continuidade) a equipe não se esqueça dessa agenda, que via de regra fica para o final da fila, depois de contemplar todos os interesses envolvidos na composição do poder.

O presidente Lula tem menos de dois meses para diminuir sua dívida histórica com o grande povo Guarani, fazendo avançar os processos de identificação e regularização das terras. O que Lula não conseguir fazer em oito anos, espera-se que Dilma faça nos primeiros anos de governo. Os Kaiowá Guarani têm uma paciência secular, mas não é infinita. E chegou ao limite.

Os Guarani comemoraram com os milhões de brasileiros e pessoas no mundo inteiro, especialmente na América Latina, a vitória da presidente Dilma. Especialmente os pobres e empobrecidos deste país, os expulsos das terras, os sem terra, os índios, os quilombolas e os excluídos, de uma maneira geral, esperam ter seus direitos respeitados e sua vida e dignidade asseguradas.

Egon Heck

Cimi Regional MS



Luz para Poucos

O governo federal não cansa de apregoar que as várias hidrelétricas previstas para serem construídas no país irão gerar energia suficiente para atender a toda a população. Eles ainda propagam pelos quatro cantos os benefícios do programa Luz para Todos, que teria levado energia elétrica a quase 100% das propriedades rurais brasileiras. No entanto, diversas famílias continuam sem acesso a esses pretensos benefícios, como o povo Krahô, que até o momento não tem rede de energia elétrica em suas aldeias.

Desmatamento autorizado

Sob pressão, o órgão que deveria coibir o desmatamento no país e fiscalizar as mazelas praticadas contra o meio ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), permite, por meio de portaria, o desmatamento de 3.202,63 dos 15 mil hectares da mata que sumirá para dar lugar ao lago da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Inacreditável: o próprio presidente do órgão criou e assinou a Portaria 17, que lhe garante poderosos instrumentos para realizar esse tipo de centralização.

Código Florestal para ruralistas

“O vice-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura para a Região Sul, Luiz Carlos Heinze, afirmou que a situação de instabilidade no campo tornou-se insustentável e poderá prejudicar a agricultura” (Jornal Alô Brasília, sobre o interesse de parlamentares em modificar o código florestal rapidamente). Colocando lobos para cuidar de ovelhas. É o que nos vem à mente quando lemos no jornal o grande interesse dos ruralistas pelo código florestal. Nos jornais, parlamentares ruralistas propagam a crise e a instabilidade no campo e a culpa é toda das florestas que são tão grandes neste país. Coitados, tão pobrezinhos, sem terras para plantar suas monoculturas, sem rios para causar erosões! Os parlamentares precisam urgentemente retomar a pauta do Código, pois os pobres latifundiários estão num sofrimento...

MARIOSAN



ISSN 0102-0625

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 11/11/2010

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Máira Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Clyemne Cerqueira
EDITORA - RP 7901/DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon D. Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Suess

ADMINISTRAÇÃO:
Ronay de Jesus Costa

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

IMPRESSÃO:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

SELEÇÃO DE FOTOS:
Aida

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br

Cimi Internet: www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00

Ass. de apoio: R\$ 60,00

América latina: US\$ 40,00

Outros Países: US\$ 60,00

Os rumos da política indigenista e a criação da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena

Roberto Antônio Liebgott
Vice-presidente do Cimi

As expectativas, depois do pleito eleitoral, não são muito animadoras para a maioria da população. No horizonte brasileiro não se vislumbram perspectivas de mudanças quanto à postura dos governantes na condução das políticas, bem como às concepções de modelo de Estado e de desenvolvimento, ambas privatistas e centradas na exploração dos recursos naturais, hídricos e minerais. O fosso que se abriu, para consolidar o projeto desenvolvimentista em curso, tende a ficar mais profundo e sombrio, haja vista que pretendem acentuar a intervenção sobre o meio ambiente objetivando, exclusivamente, a obtenção de lucros econômicos.

Os discursos e as propostas proferidos na campanha eleitoral expressaram esta tendência pelos investimentos em grandes obras direcionando, com isso, que as prioridades serão para a iniciativa privada. Na outra ponta, no que se refere às políticas estruturantes e que deveriam beneficiar os mais pobres, os discursos foram pela manutenção das políticas de caráter compensatório através da entrega de bolsas para os mais pobres.

Aos povos indígenas não foi apresentada ou dita, pelos candidatos, nenhuma palavra que possa significar algum compromisso com sua realidade e direitos. Ao contrário, de tudo o que se falou, as perspectivas apontam para a exploração desenfreada das terras indígenas e a restrição às garantias constitucionais.

Pode-se avaliar que as temáticas que envolvem os mais de 240 povos foram omitidas por duas razões fundamentais: por não serem demandas que rendem votos e popularidade, visto que em certas regiões a questão indígena é tratada como entrave ao “crescimento econômico”; e por não haver, do ponto de vista político administrativo, interesse em lidar com as realidades que apontem para a consolidação dos direitos dos etnicamente diferentes.

Seja qual for o próximo governo, os povos indígenas continuarão enfrentando sérios obstáculos e há que se manter a atenção quanto:

◆ **Estrutura da Funai:** vem sendo reformulada para adequar o órgão às demandas dos grandes investimentos econômicos (hidrelétricas, mineração,



expansão do agronegócio, exploração madeireira). Não é sem razão que nos últimos meses o órgão indigenista priorizou o acompanhamento, mapeamento e estabelecimento de condicionantes que facilitem os licenciamentos dos projetos que afetam terras indígenas no país;

◆ **Demarcações de terras:** para não desagradar seus aliados políticos, o governo Lula paralisou totalmente os procedimentos demarcatórios. Nem mesmo a situação de genocídio enfrentada pelos Guarani Kaiowá consegue sensibilizar o governo federal. Além de não criar os grupos de trabalho necessários para que as mais de 320 terras reivindicadas pelos povos indígenas sejam demarcadas, o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, mostrando-se no mínimo desinformado, declarou em entrevista que 95% das terras já foram demarcadas. Além de não reconhecer as reivindicações das comunidades indígenas, o ministro ainda vem suspendendo os efeitos de diversas portarias declaratórias assinadas anteriormente. Tal medida, sem nenhum fundamento legal ou administrativo, nunca foi adotada no país, nem mesmo nos anos sombrios da ditadura militar.

◆ **Estatuto dos Povos Indígenas:** a tramitação do projeto do estatuto no Congresso Nacional na próxima legislatura será, sem dúvida, um dos mais importantes temas de discussões e disputas. A proposta indígena restringe e se contrapõe ao modelo de desenvolvimento impulsionado pelos programas de governo, especialmente o PAC.

A novidade, nestes últimos meses, ficou por conta da mobilização e das



pressões desencadeadas pelos povos indígenas exigindo que a Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena (Sesai) fosse criada, o que se concretizou oficialmente através do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010. A Secretaria retira da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) as responsabilidades quanto à saúde e saneamento básico nas comunidades indígenas.

Segundo o que estabelece o decreto, o Ministério da Saúde e a própria Funasa terão 180 dias para fazer a transição gradual do sistema, a fim de evitar prejuízos ao atendimento dessas comunidades. No entanto, não é o que se observa em várias localidades do país. Há informações de lideranças e comunidades indígenas de diferentes regiões de que os atuais servidores da Funasa já estão se negando a atender as comunidades. Há relatos inclusive de localidades em que servidores já afixaram cartazes informando que o atendimento não ocorrerá mais, a partir do dia 28 de outubro.

Para evitar maiores prejuízos aos povos indígenas, é necessário que o movimento indígena, as entidades indigenistas e o Ministério Público Federal, cobrem do Ministério da Saúde um acompanhamento minucioso da atual transição entre a Funasa e a Sesai. Também é de fundamental importância

que o atendimento às comunidades seja garantido até que a Sesai tenha condições de fazê-lo.

A Sesai estará vinculada ao Ministério da Saúde e deve fazer a gestão do Subsistema de Saúde Indígena vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e que está previsto na Lei 9.836/99 (Lei Arouca). Portanto, precisará de uma estrutura

que possa favorecer o funcionamento dos Distritos Sanitários de Saúde como unidades gestoras. Por conta disso, deverá contar com orçamento próprio para cada um dos DSEIs, com estrutura administrativa e financeira, com equipamentos, medicamentos, contratação de funcionários e profissionais em saúde, pólos base de assistência, hospitais de referência. Os distritos devem funcionar a partir de planos distritais a serem elaborados pelas comunidades indígenas e pelos demais envolvidos com as ações e serviços em saúde. Além disso, de fundamental importância será o exercício do controle social, que precisa ser adequadamente realizado através dos conselhos locais e distritais. Serão as comunidades indígenas e seus conselheiros os responsáveis pelo planejamento, avaliação e fiscalização das ações em saúde.

O governo federal precisa, portanto, implementar de forma imediata um programa de transição do modelo antigo à nova política, a fim de que nos primeiros meses do próximo ano a execução das ações e serviços sejam realizados no âmbito dos DSEIs. Mas, para que isso aconteça, há muito que fazer, especialmente quanto à capacitação de pessoas e realização de concurso público para contratação de profissionais em saúde. ■

As políticas indigenistas, tanto na saúde, quanto em outras áreas carecem de urgente atenção

Jovens indígenas do Regional Leste realizam seminário

Fotos: Cimi Regional Leste/Equipe Itabuna



Jovens lideranças indígenas do Sul da Bahia discutiram direitos, desafios do movimento indígena e a luta por um futuro melhor para suas comunidades

Jovens Indígenas do Regional Leste realizaram entre os dias 7 e 10 de outubro o V Seminário Cultural, com o tema: “Luta, Força e Resistência dos Jovens Indígenas em defesa de suas comunidades”. O evento aconteceu na Aldeia Serra do Padeiro, do povo Tupinambá, no município de Buerarema, sul da Bahia.

Cerca de 400 jovens dos povos Tupinambá de Olivença de diversas comunidades, Pataxó do Extremo Sul e Pataxó Hã-Hã-Hãe (Bahia), Xakriabá (Minas Gerais) e Tupinikim (Espírito Santo) se encontraram mais uma vez para discutirem suas lutas e sonhos e, juntamente com a presença de diversos parceiros e aliados, realizaram um rico e profundo encontro. Participaram do evento: Cimi, CPT, Rede de Acampados e Assentados do sul da Bahia, Associação Nacional de Ação Indigenista, Pineb, Apoinme, Coordenadoria Ecumênica de Serviço, estudantes e professores das Universi-

dades: Estadual de Feira de Santana e Federal do Recôncavo- Bahia, Federal do Espírito Santo, Rede Nacional de Advogados Populares, Funai, Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado da Bahia.

O tema proposto levou os participantes a se aprofundarem através dos painéis e das oficinas e a pensarem em estratégias de intervenção, articulação e mobilização que venham a contribuir com suas lutas e na defesa de suas comunidades.

As oficinas “Criminalização das Lideranças”, “Desafios da atualidade”, “Movimento Indígena”, “Direitos Indígenas” e “Política”, proporcionaram momentos de muita partilha, conhecimento, sabedoria e o surgimento de muitas propostas, sugestões que venham fortalecer a luta das diversas comunidades. Houve uma oficina específica que discutiu a questão das mulheres e o seu acesso à carteira de

projetos. Esta oficina levantou diversas dificuldades encontradas para o acesso a projetos desta carteira devido à falta de informações.

Um clima de repúdio às atuações do judiciário dominou o seminário, a partir de decisões parciais e arbitrárias que o mesmo vem tomando visando criminalizar a luta e as lideranças indígenas. O destaque foi o intenso processo

desencadeado contra o povo Tupinambá de Olivença.

O documento final do V seminário traz no seu bojo uma série de manifestações e reivindicações, que surgiram a partir das reflexões dos jovens e das suas atuações nas comunidades, os desafios, os avanços, e, sobretudo, a presença destes nos diversos espaços de luta de seus povos.

CARTA FINAL

“LUTA, FORÇA E RESISTÊNCIA DOS JOVENS INDÍGENAS EM DEFESA DE SUAS COMUNIDADES”

Nós, jovens indígenas dos povos Tupinambá, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Pataxó, do estado da Bahia; Xacriabá, do estado de Minas Gerais, e Tupinikim, do estado do Espírito Santo; entidades aliadas, parceiros, e universidades, estivemos reunidos na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, município de Buerarema, Bahia, entre os dias 7 a 10 de outubro de 2010, para a realização do V Seminário Cultural dos jovens Indígenas Tupinambá da Serra do Padeiro e I Seminário Cultural dos Jovens Indígenas do Regional Leste. O Seminário deste ano teve uma dimensão maior, pois se tornou um seminário regional, que teve como tema central “Luta, Força e Resistência dos Jovens Indígenas em defesa das suas comunidades”. Neste sentido, conseguimos ampliar o objetivo principal que é despertar nos jovens uma maior responsabilidade pela luta, o fortalecimento da nossa autoestima, e da visibilidade da nossa participação nas lutas dos povos.

Percebemos que continuam ainda presentes muitas dificuldades e conflitos relatados e debatidos em seminários anteriores, tais como a morosidade na demarcação e regulamentação das nossas terras, a precária situação da saúde nas aldeias, e, principalmente, a criminalização das nossas lideranças, homens e mulheres, jovens e adultos.

Através da realização de oficinas temáticas e grandes plenárias, conseguimos discutir e avaliar os seguintes temas: Juventude e Criminalização das Lutas e Lideranças; Juventude e Desafios da Atualidade; Juventude, Política, e Movimento Indígena; Juventude e Direitos Indígenas; Juventude e Políticas para as Mulheres.

Desse modo, REPUDIAMOS as medidas do Judiciário que contradizem os nossos direitos na sua mo-

rosidade seletiva, nas decisões parciais e arbitrárias, que acabam por criminalizar os movimentos sociais; que nos impedem de transitar livremente pelo nosso território; e que encarceram injustamente nossas lideranças, a ponto de não sabermos, quando é o caso, onde se encontram presos. No caso específico dos Tupinambá da Serra do Padeiro, ainda a negação de emissão de registro civil de crianças. Ressaltamos a maneira truculenta em que as ações da Polícia Federal são realizadas em áreas indígenas, deixando um rastro de medo, e de sequelas físicas e emocionais.

Entendemos que muitos desafios nos afetam na atualidade, tais como: estabelecer um diálogo positivo entre o conhecimento que vem de fora e a nossa cultura e tradição; saber usar, em benefício da comunidade, toda a tecnologia a que hoje temos acesso, não esquecendo as nossas tradições, costumes e crenças; continuar com as nossas atividades cotidianas mesmo com todas as perseguições e dificuldades; romper com a imagem de índio que prevalece na mídia e nos livros didáticos. Do mesmo modo, reconhecemos a necessidade, nos dias de hoje, de que para a luta é imprescindível conhecer nossos direitos e deveres, as leis que dizem respeito aos povos indígenas, a Constituição Federal Brasileira, e os acordos internacionais. A oficina das mulheres diagnosticou a dificuldade que elas estão enfrentando para acessar as políticas específicas, em virtude da pouca informação e da dificuldade de comunicação que ainda existe nas aldeias.

Após discussão e avaliação das questões levantadas, MANIFESTAMOS:

– a cobrança das questões levantadas no IV Seminário, especialmente no que se refere ao processo

de julgamento do território Pataxó Hã-Hã-Hãe, dos dois processos demarcatórios dos territórios de Monte Pascoal e Caí, na Bahia, e Xacriabá, em Minas Gerais;

- a necessidade de realizar um curso de Direitos Indígenas para Jovens Indígenas;
- participação dos indígenas da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo nas atividades do Tribunal Popular do Judiciário, iniciativa muito avançada em outros estados;
- realização de um Seminário para discutir processos de criminalização;
- elaboração de um plano político abrangente a partir de diálogo entre as instituições indígenas para acompanhar o processo de demarcação de terras, bem como as atuações da FUNAI, FUNASA, e outras organizações, em nossas aldeias;
- realização de um trabalho de formação política nas bases, e criação de uma comissão regional de jovens indígenas;
- criação de uma rede de comunicação entre as comunidades do Regional Leste;
- o desejo de continuidade dos nossos seminários regionais, ampliando cada vez mais a participação dos jovens, e fortalecendo o intercâmbio entre os povos, afinal os nossos velhos são os guardiões da tradição, e os jovens fortalecem o presente para garantir o futuro da nação indígena.

Por fim, deixamos a pergunta: “Até quando o nosso sangue continuará sendo derramado para que nossos direitos sejam garantidos e respeitados?”

Aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro
10 de Outubro de 2010

MUNICÍPIO DE MANICORÉ (AM)

Precariedade e descaso na educação escolar indígena

Osmar Marçoli
Cimi Regional Rondônia

As lideranças das comunidades indígenas do povo Tenharim, que estão situadas ao longo da BR-230 (Transamazônica), município de Manicoré (AM), há muito tempo vem reivindicando aos órgãos competentes condições mínimas para que possam ter direito à educação escolar.

O povo Tenharim denuncia a falta de assistência educacional nas aldeias Bela Vista, Trakoá, Kampinho, Taboca, Mafuí e Karanaí. “Estamos sem prédios escolares, materiais didáticos, transporte escolar. Não há condições para o trabalho dos professores.”, diz Daiane Tenharim, professora da aldeia Kampinho e estudante no ensino médio.

A educação escolar indígena na região passa por um processo de descaso, uma vez que está sendo administrada pelo poder público municipal. Na aldeia Taboca, por exemplo, as aulas começaram com o professor indígena Domiceno Tenharim à sombra de uma mangueira. No ano seguinte, a comunidade construiu o primeiro prédio escolar. Materiais permanentes e didáticos foram emprestados das demais comunidades de seu povo.

Na escola Tikwatija, aldeia Mafuí, a casa de reunião construída pela comunidade também passou a ser o prédio escolar, e assim funciona desde há 15 anos. O cacique Ivan Tenharim, aldeia Kampinho, cedeu sua própria casa para que as crianças não ficassem sem a educação escolar, uma vez que não há prazo para a construção do prédio para esta finalidade.

Toda a iniciativa aconteceu por parte das comunidades indígenas onde a prefeitura apenas entrou com o salário dos professores. As escolas são cobertas de palha e de chão-batido. Os materiais escolares também são insuficientes e algumas escolas nem sequer possuem quadros ou mesa para o professor. Além do mais, os salários das merendeiras e de alguns professores estão atrasados. Em algumas escolas, a comunidade é que se responsabiliza em comprar canetas, borrachas e cadernos para que os alunos tenham a mínima condição para o estudo.

Mais problemas

Outra problemática se refere à merenda escolar que sai do município de Manicoré e para chegar até as aldeias leva dois dias de barco e um dia pela rodovia Transamazônica. É insuficiente pelo número de alunos matriculados e com a distância e o atraso na entrega, os alimentos perecíveis já chegam estragados. A proposta das comunidades indígenas é que a prefeitura faça a compra em Santo Antonio do Matupi (distrito de Manicoré), que está a 40 km das aldeias, onde a entrega da merenda aconteceria com mais eficiência. Em algumas escolas, as merendeiras têm que utilizar seus próprios utensílios domésticos para preparar a merenda: não há pratos, canecos, panelas.

O povo Tenharim também reivindica o transporte escolar para os alunos matriculados no 6º ao 9º ano. Por enquanto os estudantes têm que utilizar seus próprios meios de transporte (moto) correndo riscos de acidentes devido ao grande fluxo de carros e caminhões nesta rodovia.

As comunidades estão lutando para que o ensino médio aconteça dentro das aldeias. O sistema de ensino médio conhecido como Sistema de Mediação Tecnológica (televisivo e sem professor em sala de aula) apresenta falhas e não está sendo aprovado pelas comunidades.

Existe uma proposta de serem construídas três escolas na região da Transamazônica (BR-230) através de recursos do MEC. Para isso o município se responsabilizou em fazer o diagnóstico



técnico da área, projeto básico e enviar a Brasília para liberação dos recursos financeiros, o que ainda não ocorreu.

“Desde várias gestões passadas da prefeitura de Manicoré o assunto da educação escolar indígena Tenharim da Transamazônica não é levado a sério. Tudo indica que a construção das escolas passará para o exercício de 2011 e assim sucessivamente” - diz Margarida Tenharim, liderança da aldeia Mafuí.

Sendo assim, o povo indígena Tenharim da Transamazônica reivindica três ações prioritárias:

- 1) Formação continuada e acompanhamento aos professores indígenas;
- 2) Transporte escolar a partir da realidade de cada aldeia;
- 3) Construção urgente de prédios escolares.

Discriminação racial

Por não haver ensino médio nas aldeias dois estudantes Tenharim estão matriculados no colégio estadual no distrito de Santo Antonio do Matupi. No mês de março/2010 foram impedidos de utilizar o ônibus escolar, pois um fazendeiro da região, em retaliação por ter sua moto apreendida pelos Tenharim em épocas passadas, proibiu a utilização do transporte escolar aos estudantes indígenas. O fazendeiro foi até a escola estadual juntamente com

um comandante da polícia impondo à diretora a acatar tal postura.

Desde então, Daiane e Valdinar Tenharim percorrem diariamente 90 km (ida e volta) no próprio veículo (uma moto) enfrentando o cansaço, a forte poeira da estrada e se expondo a acidentes. A Seduc foi notificada desta situação, mas nenhuma providência foi tomada. A denúncia também já foi encaminhada ao Ministério Público. No início do mês de abril/2010 as lideranças indígenas pediram ao prefeito de Manicoré, ao secretário da Semed e à coordenadora local da Seduc/AM para que o ônibus escolar fizesse o trajeto das aldeias Kampinho e Mafuí até o colégio estadual onde os alunos cursam o ensino médio, mas até hoje isto não aconteceu.

Os pais dos estudantes além de arcarem com a manutenção do veículo também estão preocupados devido ao grande risco de acidentes e pela chegada das chuvas, o que impedirá o acesso aos estudos.

O poder público é o responsável em providenciar às escolas o financiamento e a estrutura necessários para que o ensino e a aprendizagem em todas as comunidades dos povos indígenas realmente aconteçam. Mas, diante da falta de vontade política, a educação escolar indígena ainda não venceu os desafios de sanar a arritmia entre os governos Federal, Estadual e Municipal e a distância existente entre a legislação e as políticas já conquistadas.

Desta maneira, o povo Tenharim continua na luta para que seja garantida e respeitada uma educação específica, diferenciada, de qualidade e que atenda os interesses de cada comunidade. Simplesmente que se faça cumprir os direitos contidos na Constituição Federal e leis vigentes que asseguram a educação escolar indígena no país. Que os direitos humanos possam ser respeitados e que a justiça seja feita, com urgência. ■

A falta de locação adequada para que as aulas sejam ministradas é apenas um dos problemas enfrentados pelos indígenas em Manicoré em relação à educação



TERRA INDÍGENA ARARIBÓIA

Povo Awá-Guajá pede socorro!

Gilderlan Rodrigues da Silva
CIMI-MA/Equipe Imperatriz

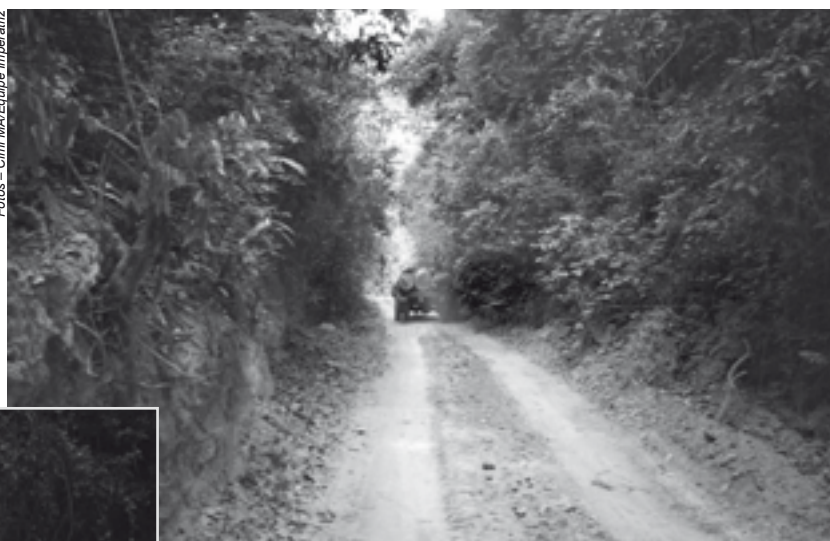
A terra indígena Araribóia, localizada na pré-Amazônia maranhense, é demarcada e homologada com 413 mil hectares para o povo Tenetehara/Guajajara. A mesma abrange os municípios de Bom Jesus das Selvas, Arame, Amarante do Maranhão, Buriticupu e Santa Luzia, todos no estado do Maranhão. Vive também nessa terra o povo Awá-Guajá: grupos autônomos, sem contato com a nossa sociedade ou com os indígenas Guajajara, que estão ameaçados e correndo risco de extinção com o aceleramento do desmatamento e a exploração ilegal de madeira, prática que atinge todas as terras indígenas demarcadas no estado. Com isso a situação se torna cada vez mais desesperadora, uma vez que também aumenta o relato de indígenas Guajajara sobre a presença de indígenas Awá-Guajá próxima às suas aldeias em busca de água.

As matas que ainda restam, onde os grupos Awá-Guajá isolados se refugiam já não lhes garantem segurança alguma. É o que acontece nas matas da terra indígena Araribóia, território de caça, pesca e coleta de grupos Awá-



-Guajá sem contato. Os madeireiros continuam abrindo estradas clandestinas em direção às Lagoas do Marajá, Buritizal onde se encontram os grupos de Awá-Guajá que estão procurando refúgio por ser uma região abundante de água e caça. Porém os madeireiros estão alcançando esse último espaço de sobrevivência desses grupos. Com a atividade madeireira destruindo sua base alimentar e sem terem mais para onde fugir, a vida dos grupos Awá-Guajá passa a depender de medidas urgentes, sérias e duradouras de proteção e garantia territorial por parte do Estado. A Funai tendo, finalmente, reconhecido a existência dos grupos Awá-Guajá sem contato na terra indígena Araribóia, já não pode se eximir de sua responsabilidade quanto ao futuro

Fotos - Cimi MA/Equipe Imperatriz



desses grupos que estão na eminência de desaparecerem.

Operações esporádicas como a Operação Araribóia em 2007, e a Operação

Atarawaca/Arco de Fogo, em dezembro de 2009, realizadas pela Funai, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal, Ibama, para extrusão da terra indígena e a proteção dos indígenas "sem contato", não resolveram o problema da invasão na terra indígena Araribóia, pois os invasores, sobretudo os madeireiros, ainda continuam com a atividade de exploração madeireira. E como é de conhecimento de todos, tão logo os agentes federais se retiraram, os madeireiros retornam às atividades ilegais e com mais veemência principalmente sobre o território onde estão os Awá-Guajá onde ainda se encontra uma abundância de madeira de lei.

Com essa realidade de exploração, não apenas os Awá-Guajá estão sofrendo, mas todos que dependem da terra

para sobreviver, realizar suas festas tradicionais como relata a liderança indígena Raimundo Guajajara da Aldeia Marajá: "Nós estávamos indo caçar na região da lagoa buritizal quando encontramos os madeireiros. Pedimos para que eles fossem embora, eles foram, mas agora eles voltaram e nós estamos com medo de ir caçar para fazer a festa do moqueado, porque temos medo que os madeireiros reajam com violência".

Diante disso, faz-se necessário e urgente a realização de um programa de vigilância e extrusão da terra indígena Araribóia para os indígenas que dependem unicamente desse território para sobreviver, em especial os Awá-Guajá. Esse povo precisa ficar fora do risco de morte anunciado com a constante invasão madeireira e as queimadas das matas. Caso nenhuma medida seja tomada urgentemente, presenciaremos a dizimação desses grupos Awá-Guajá que optaram por viver conforme o seu modo de vida tradicional e sem contato com a sociedade não índia. ■

Madeiras ilegais na beira da estrada dentro da terra indígena e caminhão com carregamento também ilegal na mesma estrada: os Awá Guajá reivindicam ação urgente contra exploração criminosa em seu território

Comunidades tradicionais e camponesas reafirmam

"Você teve indução, aprendeu munta ciência mas das coisas do sertão não tem boa experiência. Nunca fez uma paioça, nunca trabaiou na roça, não pode conhece bem. Pois nesta penosa vida, só quem provou da comida sabe o gôsto que ela tem".

Patativa do Assaré

Gilberto Vieira dos Santos
Cimi MT

A partir do tema 'Territórios e Identidades', a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental - REMTEA realizou entre os dias 6 e 8 de outubro o seu 6º Encontro. Durante o evento foram realizados outros paralelos, como o I Encontro das Juventudes Mato-Grossenses, o III Encontro da Educação Ambiental Escolarizada e o II Seminário de Mapeamento Social. Neste último, em que

se deu sequência ao mapeamento dos conflitos ambientais em Mato Grosso, o destaque foi a expressiva participação dos diferentes seguimentos que compõem a diversidade mato-grossense: quilombolas, indígenas, camponeses, atingidos por barragens, retireiros, morroquianos e outras comunidades tradicionais marcaram sua presença contribuindo nos debates e partilhando suas culturas e saberes.

O primeiro Mapeamento Social, realizado em 2008, buscou trazer para a discussão do Zoneamento Socioe-

Fotos - Gilberto Vieira dos Santos/Cimi MT



conômico e Social de Mato Grosso os rostos destes grupos e comunidades que não se reconheciam na proposta até então apresentada. Promovido pela REMTEA, em conjunto com o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) e Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GT-MS) - articulação que reúne vários grupos e entidades - o

encontro possibilitou que estas e outras comunidades pudessem expressar sua territorialidade, partilhar seus desafios e conflitos nos quais se encontravam, principalmente em torno dos territórios. Pelo menos 104 conflitos foram mapeados naquele momento, sendo que em muitos destes havia ameaças de morte, assassinatos, invasão e dis-

Indígenas participam do II Seminário de Mapeamento Social no MT

Pataxó Hã-Hã-Hãe retomam terras tradicionais na Bahia

Haroldo Heleno
Equipe Itabuna

Na madrugada do dia 4 de outubro, cerca de 70 famílias indígenas do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, aproximadamente 350 pessoas, retomaram as áreas hoje denominadas de Santa Maria, Santa Madalena, Serra das Águas, Serra do Ouro e Iracema, totalizando cerca de cinco mil hectares, todas localizadas na região dos Vinte e Cinco, entre os municípios de Pau Brasil e Itajá do Colônia. Estas fazendas já haviam sido retomadas em 2002, porém, com medidas judiciais, os fazendeiros conseguiram retirar os indígenas das terras.

No dia 10 de outubro, pistoleiros entraram atirando na área de retomada e os próprios indígenas acreditam na presença de policiais no bando. Após a situação de terror, um grupo de lideranças decidiu ir a Brasília relatar a situação às autoridades competentes. De acordo com a cacique Ilza Pataxó Hã-Hã-Hãe, as lideranças conseguiram conversar com o senador Cristovam Buarque, que garantiu alertar a Polícia Federal para que fiquem atentos à situação. Na 6ª Câmara de Conciliação do Ministério Público Federal, ficou acordado que o MPF em Brasília entrará em contato



com os procuradores de Ilhéus para que tomem o depoimento das pessoas que presenciaram a situação. Na Funai, conversaram com o procurador do órgão, Antônio Salmeirão, sobre a situação de violência e também sobre o processo de homologação de suas terras que corre no STF há anos. Salmeirão afirmou que não sabe dizer se o julgamento ocorrerá ainda este ano.

Reivindicações da comunidade

Segundo documento assinado pelas lideranças e enviado à Fundação Nacional do Índio (Funai) e às entidades de apoio, eles aguardam há mais de 28 anos por uma solução para que possam voltar em definitivo às suas terras. As áreas estão invadidas por fazendeiros



Fotos: Cimi Regional Leste/Equipe Itabuna



de gado e cacau e, desde 1982, a comunidade aguarda o resultado de uma Ação Cível Original de Nulidade de Títulos (ACO) impetrada pela Funai em favor da comunidade.

No documento eles afirmam que percebem que nada tem sido feito pelo governo em relação à causa Pataxó Hã-Hã-Hãe e que isso contribui diretamente com os conflitos entre indígenas e fazendeiros na região. “Lutamos pela ocupação integral de nossas terras com grandes latifundiários que defendem à ‘chumbo’ seus interesses, o que têm ao longo dos anos nos legado grandes perdas. Essa situação mais tem demonstrado a falta de interesse dos nossos governantes em resolver um problema que não atinge apenas a comunidade indígena

Pataxó Hã-Hã-Hãe, mas toda a região do entorno da terra indígena, com a falta de segurança, proliferação e disseminação do consumo de drogas, sendo muitas destas ações/atividades patrocinadas pelos agentes interessados em nossas terras”, afirmam.

Ainda segundo as lideranças, a intenção da ocupação é pressionar o governo a resolver a questão das terras, além de unir esforços junto aos parceiros nesta luta. Eles finalizam o documento dizendo que ocuparam a área que lhes é de direito e solicitando o apoio da sociedade civil. “Para nós é importante que a sociedade civil organizada e o poder público saibam que nossa intenção é reivindicar através das retomadas (símbolo da resistência Pataxó Hã-Hã-Hãe) a ocupação de nossas terras, enquanto o governo nada faz para resolver nossos problemas. Diante do exposto solicitamos apoio da sociedade civil organizada, ONGs, autoridades e órgãos governamentais responsáveis pela questão indígena, na garantia dos nossos direitos conforme manifestado na CF de 1988, assim como, a nossa proteção física”.

Histórico

Após 26 anos de espera, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente deu início ao processo de julgamento da ACO nº 321 no dia 24 de outubro de 2008. Após rico e bem fundamentado voto favorável do ministro Relator Eros Grau, o ministro Menezes Direito solicitou vista do processo frustrando a comunidade Pataxó de ver por definitivo a questão das suas terras resolvida. Para piorar a situação, o ministro Menezes veio a falecer logo após este pedido de vista, não externando seu voto. Um novo ministro, Antônio Dias Toffoli, foi indicado para a sua vaga, mas até hoje o julgamento não foi retomado. ■

Indígenas na terra retomada: ameaças de fazendeiros são constantes

suas identidades e territorialidades



puta por territórios. Em cada conflito, a busca constante pela reafirmação das diferentes identidades que faz da região um belo e diverso quadro, em contrapartida ao discurso homogeneizador do agronegócio em que tudo é ‘mono’-cultivo.

Neste segundo mapeamento, os povos, grupos e comunidades tradi-

cionais trouxeram novos elementos que possibilitaram uma atualização dos conflitos e dos principais temas em disputa na região.

Apesar da diversidade de inserções no território, chegou-se à conclusão de que as ameaças aos seguimentos presentes são comuns: o agronegócio, as consequentes contaminações do solo, água e ar pelo uso de agrotóxicos, a pressão exercida pelo poder latifundiário e os empreendimentos e obras de infraestrutura vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente os de geração e transmissão de energia.

Questionando a visão de desenvolvimento que suplanta direitos, que interfere nas diferentes formas de ser e conviver nos territórios, os povos e comunidades tradicionais reafirmaram

a necessidade e disposição de uma aliança para a luta conjunta. A partir desta, a efetivação e garantia dos direitos constitucionais virá como sempre se deu na ‘história deste país’: na marra!

Para o capital que, com o apoio governamental e financiado pelos rios de dinheiro do BNDES, se alastra interferindo ‘nas amazônias’ da Amazônia, fica a voz do povo que diz através do poeta: “...aqui findo esta verdade, toda cheia de razão. Fique na sua cidade, que eu fico no meu sertão. Já lhe mostrei um espêio, já lhe dei grande consêio que você deve toma: por favo, não mêxa aqui, que eu também não mexo aí. Cante lá que eu canto cá.”⁽⁹⁾

⁽⁹⁾ Cante lá que eu canto cá.
Patativa do Assaré

A política de atenção à saúde e o futuro dos povos indígenas

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 ficou estabelecido o reconhecimento e o respeito às organizações sociais, políticas, culturais dos povos indígenas. Ficou também definido que a União é a responsável pela execução das políticas a serem desenvolvidas junto aos povos e comunidades indígenas. O mesmo marco legal criou o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentados pela Lei 8.080/90 onde estabelece a vinculação da assistência em saúde ao Ministério da Saúde (MS).

Há muitas décadas se discute sobre a realidade dos povos indígenas e as políticas a serem implementadas para assegurar-lhes vida e saúde no Brasil. Muitas têm sido as mobilizações do movimento indígena e das organizações que atuam no campo da saúde, com o objetivo de exigir que o Estado brasileiro estruture políticas que possibilitem a atenção diferenciada aos povos indígenas.

Em 1986, em função das articulações dos povos indígenas, foi convocada a primeira “Conferência de Saúde do Índio”, quando pela primeira vez se propôs um modelo de atendimento diferenciado para estes povos. A partir das propostas referendadas naquela conferência, os indígenas passaram a ter direito ao acesso universal e integral à saúde, bem como poderiam participar em todas as etapas do processo

de planejamento, execução e avaliação das ações a serem desenvolvidas. Já naquela conferência ficou definido que a política respeitaria as especificidades étnicas, socioculturais e as práticas terapêuticas de cada povo. Além disso, se garantiria a participação nas políticas de saúde e que seria criada uma secretaria específica para assuntos indígenas. Nasceu, naquela conferência, a primeira proposição de modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e que estes deveriam ficar sob a gestão do Ministério da Saúde.

Em fevereiro de 1991, com a edição do Decreto Presidencial nº. 23 houve a transferência da assistência à saúde indígena para o Ministério da Saúde, ao qual cabia a responsabilidade pela coordenação de todas as ações em saúde. Foi criado naquele ano o Distrito Sanitário Yanomami. Também foi constituída, no âmbito do Ministério da Saúde, a Coordenação de Saúde do Índio (COSAI) com incumbência de implementar um modelo de atenção à saúde. No mesmo período o Conselho Nacional de Saúde criou através da Resolução CNS nº 011, de 31 de outubro de 1991, a Comissão Intersectorial de Saúde do Índio (CISI). Esta, com a função de assessorar o CNS na elaboração dos princípios e diretrizes para as políticas no campo da saúde indígena.

Em 1993 foi criado o Distrito Sanitário do Leste de Roraima, na Terra Indígena

Raposa Serra do Sol. Este se tornou modelo e referência para a criação de outros distritos. Também em 1993 foi realizada a II Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas que reiterou a defesa do modelo dos DSEIs como base operacional, no âmbito do SUS, para a política de atenção à saúde das populações indígenas. Os distritos seriam vinculados diretamente ao

Em 1986, em função das articulações dos povos indígenas, foi convocada a primeira “Conferência de Saúde do Índio”

MS e administrados por Conselhos de Saúde com participação indígena. Ficou também definido que no âmbito do Governo Federal haveria uma instância responsável pela saúde indígena do país. Já em 1993 os povos indígenas vinham reivindicando a criação de uma secretaria especial para a gestão da política de atenção à saúde.

No dia 19 de maio de 1994 foi editado o Decreto Presidencial de nº 1.141/94, que revogou o Decreto nº 23/1991, constituindo, a partir de então, a Comissão Intersectorial de Saúde. Esta, na prática, devolveu a coordenação da saúde indígena para a Funai, tornando-a responsável pela recuperação dos índios doentes enquanto o MS se encarregaria das ações preventivas.

No ano de 1999, com a edição do Decreto nº 3.156/99 e a aprovação da “Lei Arouca” (nº 9.836 de 23 de setembro de 1999), a política de saúde passou ao encargo do MS: “O Ministério da Saúde estabelecerá as políticas e diretrizes para a promoção, prevenção e recuperação da

Fotos: Gustavo Maresco



saúde do índio, cujas ações serão executadas pela Funasa.” A Lei Arouca determinou que o Governo Federal instituisse o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, tendo por base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Foram, na época, criados 34 DSEIs, (Portaria 852/99). Todos os serviços em saúde (atenção básica, prevenção, saneamento) passaram a ser executados através de convênios firmados com organizações da sociedade civil - associações indígenas e indigenistas - e alguns municípios. A perspectiva, no âmbito do Ministério da Saúde, era de que a União deveria transferir as suas responsabilidades, no tocante à gestão e execução das ações em saúde indígena, para terceiros.

A partir destas mudanças, as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde se tornaram inócuas e os Conselhos de Saúde Indígena, por sua vez, antes figurativos diante das ações e decisões dos conveniados. O controle social foi sendo paulatinamente desconsiderado por grande parte dos gestores, ampliando, com isso, os problemas nos espaços de organização dos serviços em saúde. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que seriam a base de toda a política, tornaram-se apenas uma espécie de referência geográfica

Fotos: Arquivo Cimi



Há anos os povos indígenas sofrem a espera de soluções para os problemas da saúde: falta de transportes de doentes e de postos de saúde, desrespeito às tradições de cada povo, má gestão do dinheiro direcionado aos distritos sanitários





Lula assina decreto que oficializa a criação da Secretaria de Saúde Indígena: uma vitória dos movimentos indígena e indigenista!

para que a Funasa pudesse definir os tipos de convênios e as atribuições dos prestadores de serviços. Posteriormente foram realizadas mais duas conferências de saúde indígena (2000 e 2006), mas ambas foram conduzidas pelos agentes da Funasa com o objetivo de referendar a perspectiva da terceirização e a diminuição ou restrição à participação indígena no controle social.

Vale ressaltar que pelas determinações legais os DSEIs teriam um Conselho Distrital de Saúde Indígena, órgão de controle social e com atribuições, dentre as quais, de aprovar o Plano de Saúde Distrital e fiscalizar a prestação de contas dos órgãos e instituições executoras das ações em saúde. Tais conselhos deveriam ser paritários, formados por representantes dos usuários, indicados pelas respectivas comunidades e representantes de instituições governamentais, prestadores de serviços e trabalhadores do setor de saúde. Os conselheiros indígenas deveriam ser escolhidos pelas comunidades atendidas, bem como participar de reuniões periódicas organizadas pelos prestadores de serviço de cada DSEI. Na prática, a relação entre os povos indígenas e os prestadores de serviço sempre foi tensa, permeada por problemas relacionados à gestão e a aplicação de recursos.

O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 254, em 31 de janeiro de 2002, que aprovou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A portaria determinava que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde promovessem a elaboração ou a readequação de seus planos, programas, projetos e atividades em conformidade com ela. O propósito da política seria o de garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política. No entanto, as normas e recomendações não passaram de inten-

ção, pois na prática a Funasa administrava a política de acordo com os interesses dos grupos que a comandavam.

No ano de 2004 a Funasa, através das portarias nº 69 e 70, estabeleceu novas diretrizes da saúde indígena, recuperou a execução direta e reduziu o papel das conveniadas, limitando-as à contratação de pessoal, à atenção nas aldeias com insumos, ao deslocamento dos indígenas das aldeias e à compra de combustível para a realização desses deslocamentos.

Em 17 de outubro de 2007 foi editada a polêmica Portaria nº 2.656, que dispunha sobre a regulamentação dos Incentivos de Atenção Básica e Especializada aos Povos Indígenas, revogando a Portaria nº 1.633/GM, de 14 de setembro de 1999. Esta portaria gerou grandes manifestações dos povos indígenas que, insatisfeitos com a política que tinha como gestora a Funasa, reivindicaram a criação do modelo de política compatível com a lei Arouca e com as diretrizes da segunda Conferência nacional de Saúde Indígena. A portaria além de fortalecer a Funasa abria perspectivas para a municipalização da saúde, exatamente na contramão do que pretendiam os povos indígenas.

Somente em agosto de 2008 - depois das constantes manifestações realizadas pelo movimento indígena contra a Funasa, depois que foram veiculadas inúmeras notícias de corrupção naquele órgão e em função das constantes denúncias sobre o descaso na execução das ações e serviços nas áreas indígenas que vinha gerando avassaladora mortalidade infantil e alastramento de doenças, o Ministro da Saúde resolveu ouvir as reclamações e propostas dos povos indígenas. Também no mesmo período o Tribunal de Contas da União desenvolveu uma auditoria sobre a Funasa,

com ênfase nas questões relativas à gestão da política de saúde. Concomitante a isso a Justiça do Trabalho determinou que o Governo Federal fosse o responsável e, portanto, o gestor da política de saúde e que a terceirização era uma prática ilegal. Só então, depois de todas estas ações, o Governo Federal manifestou algum interesse pela política de saúde.

No final do ano de 2008 foi apresentada uma proposta de projeto de lei (3.958/2008) para alterar a Lei 10.683/2003 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e cria a Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde e na qual ficaria abrigada a saúde indígena. Na exposição de motivos deste projeto o ministro da Saúde propôs a transferência das competências e atribuições exercidas pela Funasa para essa secretaria. Também, fruto das pressões dos povos indígenas, constitui-se um Grupo de Trabalho com a participação de lideranças indígenas (Portarias 3034/2008 e 3035/2008 GAB/MS) cujo objetivo foi de discutir e apresentar propostas, ações e medidas a serem implantadas no âmbito do Ministério da Saúde, no que se refere à gestão dos serviços de saúde oferecidos aos povos indígenas.

Depois de dois anos de espera, o governo editou a Medida Provisória 483, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 12.314/2010 que possibilitou a criação da referida Secretaria. E no dia 19/10/2010 foi editado o Decreto 7.336/2010 que oficializou a criação da Secretaria de Saúde Indígena.

O novo modelo de gestão da saúde indígena deverá, se o governo cumprir com as deliberações legais, estruturar a Secretaria de Atenção Especial à Saúde Indígena de caráter executivo ligada dire-

tamente ao Ministério da Saúde; vincular os DSEIs à Secretaria Especial; assegurar a autonomia administrativa e financeira dos distritos, que deve ser alcançada com a sua transformação em unidades gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com orçamentos próprios administrados através dos Fundos Distritais de Saúde; criar plano de carreira específica para profissionais de saúde indígena com condições trabalhistas adequadas às complexas e diferentes realidades dos DSEIs; assegurar que os chefes ou coordenadores dos distritos sejam aprovados pelos conselhos distritais; garantir que o controle social seja efetivo, com participação indígena legítima em todas as instâncias de decisão; formar um quadro estável de recursos humanos (servidores públicos) adequado às necessidades estratégicas da gestão, o que só será possível por meio de concurso público diferenciado e que assegure a participação indígena nos processos de seleção; assegurar que no órgão gestor da saúde indígena os servidores tenham perfil técnico independente das ingerências políticas.

Por fim, é importante enfatizar que de nada adiantam as normas e os discursos bem formulados se a política de saúde não estiver sob um autêntico controle social dos povos indígenas. Mas, para que isso aconteça, o governo precisa mudar sua concepção acerca da administração pública, ou seja, ela não deve estar submetida ao clientelismo e ao loteamento político. Além disso, o governo deve investir recursos para formação e capacitação junto aos povos e comunidades indígenas, bem como dos servidores públicos a serem contratados através de concursos sérios. E, fundamentalmente, deve ser realizada uma verdadeira Conferência de Saúde Indígena, sem manipulação (espécie de conceito já institucionalizado no âmbito dos gestores das políticas públicas), tendo ela o poder de traçar, definir e deliberar sobre a política a ser executada. ■

De nada adiantam as normas e os discursos bem formulados se a política de saúde não estiver sob um autêntico controle social dos povos indígenas

Sociedade brasileira quer limites para o tamanho das propriedades de terras no Brasil

Dados do plebiscito pelo limite da propriedade foram apresentados no dia 19 de outubro

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) apresentou aos jornalistas, em coletiva de imprensa dia 19 de outubro, o resultado do Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade. A campanha foi realizada entre os dias 1º a 12 de setembro deste ano e contou com a participação de 519.623 pessoas. Participaram da coletiva Gilberto Portes do FNRA, o professor Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo (USP), Willian Clementino, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Dom Pedro Stringhini, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Pe. Gabriele Cipriani, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Em toda a coletiva, o tom dos participantes era de satisfação por terem conseguido um número expressivo de participantes e de pessoas que disseram sim ao limite da propriedade de terras. O plebiscito questionou se concordava que as grandes propriedades de terras no Brasil precisavam de um limite de tamanho e se concordava que o limite na propriedade de terras possibilitaria o aumento da produção de alimentos saudáveis e melhores condições de vida no campo. 95,52% responderam afirmativamente à primeira pergunta e 94,39% responderam afirmativamente à segunda questão.

O secretário de política agrária da Contag, Willian Clementino, afirmou que está feliz com o resultado e que esta não é a primeira nem a última iniciativa na luta pela terra no país. “Foi uma grande oportunidade de dialogar com a sociedade para que ela compreenda a urgência na mudança da estrutura agrária vigente”, declarou. Ele também destacou que o plebiscito também serviu para tornar público que são os pequenos trabalhadores rurais que alimentam a sociedade brasileira.

Igreja participativa

Dom Pedro Stringhini, bispo da CNBB e membro da comissão episcopal de pastorais sociais na entidade, ressaltou que desde a sua fundação a CNBB sempre pautou a questão fundiária e a luta pela terra, através de várias ações e publicações. “A luta pela terra é uma questão prioritária para a comissão de pastorais sociais”, afirmou.

Stringhini ressaltou também a grande diferença entre a agricultura familiar, fruto de reforma agrária, e o agrone-



Foto: Maira Heinen

gócio. “A agricultura familiar produz trabalho, alimento saudável e protege o meio ambiente. Falo isso porque vejo em São Paulo que o ambiente natural está devastado pela monocultura da cana”. De acordo com o bispo, a luta primordial é pela dignidade do trabalhador no campo e na cidade e que as pastorais se juntam aos movimentos sociais neste embate.

Dados alarmantes

Muitos exemplos de violação à função social da terra foram dados pelo professor da área de Geografia da USP, Ariovaldo Umbelino. Ele ressaltou que na própria constituinte o limite da propriedade de terra foi removido para tentar destruir a possibilidade de estabelecer limites. “A função social da terra não vem sendo cumprida, pois 200 mil hectares de terras são improdutivos no Brasil. Além disso, com a proposta de um novo código florestal, os latifundiários querem uma lei que os favoreça”, destacou.

Umbelino também lembrou as questões trabalhistas dentro do agronegócio. “Os latifundiários não se preocupam com leis. A própria legislação trabalhista não é respeitada. Em terra onde se encontram cultivos de drogas, as terras não são expropriadas”, ressaltou. Ele também deu destaque à questão da empregabilidade. “Pelo agronegócio, 1,4 trabalhadores são empregados por propriedade, já pela agricultura familiar, são 17”.

Informações importantes de concentração de terras foram apresentadas pelo professor. Segundo ele, pelo índice de concentração de terras, que varia de 0 a 1, onde o zero seria a perfeita distribuição de terras e o 1 a mais alta con-

centração, o Brasil situa-se atualmente no nível 0,854, o que é considerado muito alto. “O Estado brasileiro tem os maiores latifúndios da humanidade e nunca teve uma atitude política de controlar seus territórios”.

Outros dados apresentados foram os dos maiores proprietários de terras no país, onde se situam em 4º e 6º lugar o Banco do Brasil, com 164 mil hectares e o Banco Bradesco, com 131 mil hectares, respectivamente. Pelos números apresentados por Ariovaldo Umbelino também se percebe que os maiores latifúndios se concentram na região norte do país.

Para Umbelino, o próprio cadastro de terras do Incra precisa ser investigado, pois existem muitas divergências com cartórios e muitos erros que impossibilitam a pesquisa correta sobre grandes donos de terras no país.

Importância da iniciativa

A magnitude da campanha foi ressaltada por Gilberto Portes, do FNRA. “São mais de 54 entidades envolvidas nesse processo que resultou numa grande consulta popular com resultado quase unânime”, destacou.

Segundo Portes, a próxima iniciativa será entrar com uma proposta de emenda constitucional para que o limite da terra tenha destaque na Constituição Federal e também lutar para que o governo estabeleça o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária. “O Plano é diretamente ligado ao modelo de produção que queremos, tem a ver com a economia, com o tipo de emprego e com a preservação do ambiente. É uma obrigação do Estado elaborar este plano de reforma agrária e também vamos insistir para que isto seja feito”, finalizou. ■

Decisão

Tribunal segue argumentos do MPF e confirma terra indígena em MS

Justiça Federal já havia determinado, de forma inédita, que índios aguardassem dentro da área reivindicada o fim do processo judicial

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) acatou os argumentos do Ministério Público Federal (MPF) e rejeitou recurso que visava a reocupação da TI Sucury'i, já demarcada e homologada pelo Governo Federal em 1996. Os antigos proprietários e o Município de Maracaju ajuizaram apelação contra a decisão de 1ª instância, que, de forma inédita, determinou que os 235 indígenas da etnia guarani-kaiowá ocupassem área, que fica em Maracaju, sul do estado, e tem 535 hectares.

A decisão foi tomada em caráter conclusivo pela 3ª Turma do TRF-3, que seguiu o voto da relatora do processo, desembargadora federal Vesna Kolmar. A decisão foi publicada em 22 de outubro. O Tribunal confirmou decisão da Justiça Federal de Dourados, que em 2007 atendeu pedido do MPF para que não mais os índios esperassem fora da terra até o final do processo judicial - como de praxe - mas que os proprietários o fizessem.

Localizada no Município de Maracaju, a Terra Indígena Sucury'i foi identificada e delimitada na década de 90. A portaria declaratória foi assinada pelo então ministro da Justiça Nelson Jobim, em maio de 1996. Os indígenas se indignavam com o fato de que a TI Sucury'i fora homologada pelo presidente da República e, mesmo assim, continuavam a esperar o desfecho da causa. Desde então, peregrinaram por vários órgãos públicos, a fim de viabilizar a entrada definitiva na terra.

Em 1997, para tentar acelerar o processo, os índios ocuparam parte da área reivindicada. Em 8 de agosto daquele ano, houve audiência conciliatória na Justiça, com a presença do MPF, da qual resultou acordo entre os índios e os proprietários. Ficou acertado que os Kaiowá permaneceriam numa área de 64 hectares “até o trânsito em julgado da sentença”. A situação só foi definida com a decisão inédita da Justiça Federal, em 2007, confirmada agora pelo TRF-3. ■ (MPF/MS)

Em toda a coletiva, o tom dos participantes era de satisfação por terem conseguido um número expressivo de participantes e de pessoas que disseram sim ao limite da propriedade de terras

MPF cita União por atos abusivos da PF

A União pode pagar indenização de 500 mil reais à comunidade Tupinambá, na Bahia por atos abusivos da Polícia Federal. A União foi citada em 25 de setembro, mas só agora a notícia veio a público

O Ministério Público Federal (MPF), na pessoa da procuradora Flávia Galvão Arruti, da Procuradoria da República em Ilhéus, propôs uma Ação Civil Pública por dano moral coletivo e individual em face da União, pelos atos praticados pela Polícia Federal (PF) no dia 2 de junho de 2009 em relação à comunidade Tupinambá. O MPF requer a condenação da União ao pagamento estipulado no valor de 500 mil reais, que deve ser revertido à comunidade. O MPF entrou com a ação no dia 26 de julho de 2010.

A ação foi movida visando reparação dos danos sofridos por indígenas Tupinambá quando, em junho do ano passado, foram violentados e torturados por agentes da PF. Segundo os agentes, eles se dirigiram à Fazenda Santa Rosa, município de São José da Vitória (BA), no intuito de constatar o delito de esbulho possessório, ou seja, invasão de terras. Na ação, o MPF apresenta as versões da PF e dos indígenas, mas, em ambos os casos, o emprego excessivo da força é configurado.

Assim, tendo ambos os depoimentos e os exames de corpo de delito, o MPF constatou que o modo de agir da PF configurou-se em verdadeira tortura contra os indígenas.

Os fatos

De acordo com indígenas (o que foi confirmado pelos exames de corpo de delito), a PF utilizou spray de pimenta nos olhos das vítimas, deram tapas, chutes, pisões, choques elétricos e puxões de cabelo. Em depoimento, os indígenas também afirmam que os

policiais já chegaram à Fazenda Santa Rosa disparando tiros.

Assustados, muitos indígenas fugiram para a mata. Mas os indígenas José Otávio Freitas Filho, Carmelindo Batista da Silva, Osmário de Oliveira Barbosa, Ailza Silva Barbosa e Alzenar Oliveira Silva foram surpreendidos pelos agentes e se renderam, vindo a impossibilidade de fuga do local.

Em seus depoimentos, os agentes confirmaram o uso da força e da arma *teaser* (ferramenta que aplica choques elétricos) para imobilizar os indígenas citados. Na ação, o MPF afirma que só com o depoimento dos policiais já é possível afirmar que a PF empregou força desnecessária e a situação reclama por indenização em favor da comunidade indígena ofendida. "...consta nos autos a inacreditável narração de que fora necessária a aplicação de choques elétricos por mais de quatro minutos e de spray de pimenta para que os seis policiais federais bem treinados desarmassem e imobilizassem dois índios: Otávio e Osmário.", declara a procuradora na ação.

A ação também mostra que, independente da forma como ocorreram os fatos, a única conclusão possível é a necessidade do pagamento de indenização pela União à comunidade indígena e que a pena deve ser aplicada "em razão da violência, humilhação, desrespeito aos direitos fundamentais que sofreram justamente em virtude de serem indígenas".

A petição ressalta que o direito dos indígenas à terra é um direito originário e que portanto não é necessário nenhum ato do poder público para constituir tal direito, sendo os procedimentos demarcatórios somente declaratórios



Fotos: Cimi Regional Leste/Equipe Itabuna

Contexto

O conflito pela disputa de terras indígenas na região sul da Bahia é de conhecimento público e a própria ação do MPF salienta o fato. "A comunidade indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, juntamente com outras comunidades, há anos luta pelo reconhecimento e demarcação da terra indígena. No ano de 2009 foi publicado pela Funai, após realização de minucioso estudo antropológico, o relatório de demarcação da Terra Indígena Tupinambá.", afirma.

A petição também ressalta que o direito dos indígenas à terra é um direito originário e que portanto não é necessário nenhum ato do poder público

para constituir tal direito, sendo os procedimentos demarcatórios somente declaratórios. Assim, o conflito na região da Serra do Padeiro teve início com o fato de os integrantes da comunidade retomarem suas terras tradicionais, que estão invadidas por fazendeiros.

Para Saulo Feitosa, secretário adjunto do Cimi, é preciso destacar a atitude do MPF. "Por esta ação, podemos perceber que o MPF assume o seu dever constitucional de defesa dos povos indígenas. Além disso, deixa-se claro que a PF agiu de maneira abusiva e causou danos à comunidade,

o que só confirma as denúncias que a comunidade vem fazendo", afirmou.

Ainda de acordo com Saulo, a ação, além do ganho jurídico, é também um ganho político. "Esta ação significa simbolicamente uma reação à criminalização que vem sendo instaurada contra os povos indígenas. Esperamos que ajude a inibir outros fatos como este", declarou. No entendimento de Saulo, a petição também identifica e deixa clara a prática racista do órgão do governo contra os povos indígenas.

"Não dá para amenizar"

Glicéria Tupinambá, liderança da comunidade e irmã do cacique Babau, destacou a importância da ação. "Quando meu irmão estava preso, eu estive no MPF e me avisaram que estavam entrando com essa ação, mas eu acabei não acreditando. Agora estou vendo que é verdade. Não dá para amenizar tudo que já passamos, mas é o mínimo que podemos receber por todo esse sofrimento.", declarou.

Segundo Glicéria, a luta pela terra é muito ampla e ultrapassa essas questões, mas a ação é uma pequena vitória. Glicéria esteve presa no Conjunto Penal de Jequié de junho até o final de agosto deste ano. Ela foi detida, juntamente com seu filho de apenas dois meses à época, quando desembarcava no aeroporto de Ilhéus na volta de uma reunião com o presidente Lula, em Brasília. Os motivos da prisão foram os mesmos de seu irmão: a luta pela terra. ■ (Com dados do MPF)

O povo Tupinambá vem sofrendo seguidos ataques e é vítima constante dos desmandos de fazendeiros e da própria Polícia Federal. Uma indenização seria um pequeno esforço para amenizar as consequências da violência.



A dor do povo é a nossa dor

Ir. Joana Aparecida Ortiz

Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida

Irmã faz relato de visita aos Guarani: “Vi de perto o sofrimento, a dor do povo Guarani Kaiowá na luta pela retomada de seus Tekoha”

Como membro da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e da Congregação Franciscana de Nossa Senhora Aparecida, estive, entre os dias 19 e 22 de setembro, na região de Dourados (MS) junto ao Cimi, numa visita aos acampamentos e aldeias de partes da região de Rio Brillhante, Douradina, Dourados, Coronel Sapucaia e Ponta Porã. Vi de perto o sofrimento, a dor do povo Guarani Kaiowá na luta pela retomada de seus Tekoha (terra sagrada).

Vários acampamentos sofrem ameaças, líderes são perseguidos, crianças morrem de desnutrição, falta de atendimento médico e alimentação adequada. Em algumas áreas nunca tiveram a presença da Funasa, alegando serem áreas de conflito. Em outras, a alimentação entregue pela Funai chega com atraso. Nestes lugares o Cimi está presente, animando o povo em sua luta.

Como CRB Regional, no que tange à questão indígena, assumimos uma prioridade que aí está: Avivar a dimensão profético-missionária da CRB, atuando em rede e parcerias nas novas periferias e fronteiras, intensificando a opção pelos empobrecidos, assentados e indígenas e fortalecendo o compromisso com as causas sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Laranjeira Ñanderu

Dia 19 de setembro, na beira da BR 163, acampamento Laranjeira Ñanderu, onde desci do ônibus e fui acolhida por este povo sofrido e alegre. Estava no momento da reza de acolhida. Lá já se encontravam os missionários do Cimi: Egon Heck (MS), Paulo Suess (Nacional) e Geraldo (MS), também o líder indígena Zezinho que partilhava conosco a realidade. Para mim foi um momento único. O sonho de estar junto a este povo se tornava realidade.

Seguimos para Dourados. A tarde fomos ao acampamento Ita'Y Ka` Aguyrusu, município de Douradina. Nesta região o povo sofre perseguições e ameaças constantes por parte dos produtores rurais. Estão sitiados. Seus barracos foram queimados e os mesmos despejados na beira da estrada.



Evangelho vivo de cada dia

Dia 20 fomos para Passo Piraju – uma terra de retomada. O Evangelho de hoje nos diz que a luz não foi feita para ficar escondida. Esta luz da luta do Cimi não pode ser escondida. Os avanços e lutas incansáveis destes missionários e missionárias, verdadeiros profetas, deve ser publicado nos quatro cantos do mundo. Quanto brilho nos olhos do povo indígena quando recebe a presença do Cimi em sua terra.

Tivemos o depoimento do senhor Carlito e seu genro Valmir. Estes depoimentos foram proféticos da dor do povo Guarani Kaiowá. Quem grita os seus direitos, corre o risco de ser abafado pelo poder, pela polícia repressiva. Assim aconteceu com este povo. Mas como dizia Carlito: “Deus conhece, Ele sabe... Deus nos deixou este ‘Lençol’ (terra). Só que ela está com um novo lençol que não é o dado por Deus”.

Após depoimento indígena, Egon Heck informava a comunidade sobre o andamento dos processos e situações das demais comunidades em luta e retomada. Esta rede e sintonia fortalecem e animam as comunidades.

Paulo Suess lhes dá uma palavra de conforto e esperança dizendo que a “luta indígena é como o rio, mesmo sendo desviado do seu curso, um dia ele retoma o seu leito normal. E assim está acontecendo com os povos indígenas do Mato Grosso do Sul e tantos outros povos”.

À tarde fizemos visita a Comunidade Religiosa das Irmãs da Consolata. Elas partilharam sobre a realidade de trabalho com as mulheres indígenas: projeto corte costura e acompanhamento religioso. Falaram do grande desafio de grupos religiosos na aldeia que vão matando a expressão própria dos indígenas. É fraco o catolicismo. Há pouca presença ou quase nada da



presença da Igreja, exceto as irmãs e agora Pe. Teodoro, que fala o Guarani e está sendo uma presença animadora ao povo junto com as irmãs.

Esperança

Dia 21 de setembro, Dia da árvore! Véspera de primavera! Há sinais de esperança. E como dizia D. Hélder: “onde existe um restinho de esperança é meu dever alimentá-la”.

O Evangelho de hoje fala que depois da morte de João Batista, Jesus foi com seus discípulos para um lugar afastado. As multidões vão ao encontro dele. Uma multidão faminta e doente. Jesus as acolhe e fala a elas do Reino e restitui a saúde de todos que precisavam de cura.

Hoje eu vivenciei esta passagem do Evangelho nas pessoas do Cimi em contato com os povos indígenas. Fomos visitar a retomada de Kurusu Ambá, município de Coronel Sapucaia, fronteira com o Paraguai. Este povo é mais um sinal de resistência e luta em busca de seu Tekoha. Já é a quarta vez que voltam ao seu território. A Funai está fazendo o trabalho de identificação. Chegamos de surpresa, pois é difícil a comunicação.

Logo ao chegarmos à aldeia a jovem Berenice nos falou sobre uma criança de apenas três anos, que se encontrava gravemente enferma. Prontamente a equipe do Cimi foi ao local onde se encontrava a criança e sua mãe e de lá as acompanhamos até a Casa do Índio em Amambaí. Laila com a criança doente nos braços. A mãe da criança ao lado com outro filho no colo. A criança sem forças, desidratada, pedia água. Egon na direção acelerava para chegar a tempo de socorrê-la. A distância era longa. Na manhã do dia seguinte nos informaram que ela havia morrido.

Como em todos os locais por onde passamos, houve um momento de ESCUTA por nossa parte, sobre suas realidades

e do nosso lado uma palavra do Cimi.

Senti como no tempo de Jesus. “Daí-lhes, vós mesmos de comer”, assim é o papel do Cimi. Não uma comida que sustenta no momento, mas o alimento que ajuda no protagonismo deste povo. Um alimento que ajuda na reconquista de seus Tekoha, de sua dignidade como pessoa humana. Este testemunho do Cimi é uma resposta ao mandato de Jesus acima citado.

Ponta Porã

No mesmo dia fomos para Ponta Porã onde Egon tinha uma entrevista sobre o caso do Ypoí, uma área de retomada onde os povos indígenas se encontram sitiados pelos produtores rurais. Neste local foram assassinados Genivaldo e Rolindo Vera, professores indígenas.

Retornando para Dourados, no entardecer, o sol se pondo e o luar surgindo entre a árvore seca à beira da Rodovia 463, chegamos ao barraco de dona Damiana Cavanha – líder indígena do Acampamento Apycaí, Curral de Arame. Esta retomada já tem dez anos.

Assim passaram estes dias nestas terras indígenas que esperamos, não demore muito, sejam devolvidas aos seus verdadeiros donos. Ficaram em mim a marca, a convicção e o desejo cada vez mais forte de continuar nesta causa e de levar às demais pessoas que ainda desconhecem esta realidade.

Diante do Evangelho de hoje encerro agradecida a Deus, a Congregação, a CRB e em especial ao Cimi, por este espaço e esta oportunidade de vivenciar mais de perto o Evangelho de Jesus Cristo junto aos Povos Indígenas.

“Em qualquer casa onde vocês entrarem, fiquem aí, até vocês se retirarem”. Agradecida pela acolhida e mais fortalecida pelo testemunho incansável da equipe do Cimi – Campo Grande e Dourados (MS). ■

Cimi recebe prêmio João Canuto

Homenagem é creditada à atuação dos missionários e missionárias da entidade

Cleyenne Cerqueira
Repórter

Homenageado

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) recebeu no dia 21 de outubro, o Prêmio João Canuto 2010. A entidade foi representada por seu vice-presidente, Roberto Antônio Liebgott, que credita a homenagem à atuação dos missionários e missionárias da entidade.

O prêmio, oferecido anualmente pelo grupo de pesquisa Trabalho Escravo, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD), tem por objetivo dar visibilidade a empreendedores sociais e organizações rurais e urbanas que se dedicam à defesa dos direitos humanos.

Este ano, além do Cimi, receberam homenagens o Comitê Popular pela Erradicação do Trabalho Escravo no Norte Fluminense, Alexandre Anderson, MV Bill, Leonardo Sakamoto; Movimento 11 de Dezembro, de Santo Antônio de Jesus, Bahia; Zilda Arns, in memoriam; Dom Xavier Gilles de Maupeou d'Ableiges e o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (Imip).

Como nas edições anteriores, a premiação deste ano foi realizada durante as atividades do VII Fórum Anual do MHuD, que na ocasião debateu o tema "Escravidão Contemporânea e Questões Correlatas".

A homenagem ao Cimi é resultado da atuação da entidade junto aos povos indígenas do país. O Conselho Indigenista é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O Cimi conta atualmente com 114 equipes de trabalho, formadas por leigos e religiosos, que atuam em diversas regiões do país. As atividades junto às comunidades indígenas têm como princípios o respeito pela alteridade indígena e sua pluralidade étnico-cultural, bem como a opção e compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Para o vice-presidente da entidade, a premiação vem em função da luta do Conselho pela garantia de direitos dos povos indígenas. "O prêmio faz um reconhecimento ao trabalho que os missionários e missionárias do Cimi vêm desenvolvendo ao longo de quase 40 anos pela defesa dos direitos dos povos indígenas".

Liebgott fala ainda sobre a importância da iniciativa: "Essa premiação é de suma importância porque a ação missionária recebe acompanhamento de outros setores da sociedade, não somente aqueles atrelados à causa indígena. O acompanhamento e apoio vêm inclusive de artistas e intelectuais, que nos rendem essa homenagem".



Foto: Arquivo Cimi

O movimento indígena já recebeu outras homenagens do Prêmio João Canuto por sua atuação junto aos povos indígenas. Em 2006, dom Pedro Casaldáliga, um dos fundadores do Cimi, também foi premiado.

Premiações

Ao longo de sua existência, o Conselho Indigenista Missionário vem recebendo seguidas homenagens por sua atuação. Em 2009, a entidade recebeu o Prêmio Victor Gollancz, da entidade alemã Associação para Povos Ameaçados (GfbV). No ano anterior, o Cimi recebeu o IX Prêmio USP de Direitos Humanos, na categoria institucional. A premiação homenageou pessoas e instituições que, através de suas atividades exemplares, contribuíram para a difusão e divulgação dos direitos humanos no Brasil.

Este ano, além da presente homenagem, Dom Erwin Kräutler, presidente da entidade e bispo da Prelazia do Xingu, foi um dos quatro ganhadores do Prêmio Right Livelihood 2010, o prêmio Nobel Alternativo da Paz. Dom Erwin foi homenageado também com o Prêmio de Direitos Humanos José Carlos Castro, oferecido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará.

O Movimento Humanos Direitos atua diretamente por meio de execução de projetos, programas ou planos de ações desenvolvidos em prol da paz e dos direitos humanos. Seu trabalho está voltado para os problemas do trabalho escravo, dos abusos praticados contra crianças e adolescentes e sobre as questões que envolvem meio ambiente e comunidades tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

Diversos artistas e intelectuais fazem parte do quadro de associados do Movimento. Entre eles, os atores Chico Diaz, Carla Marins, Camila Pitanga, Wagner Moura, Pepita Rodrigues, Osmar Prado, Letícia Sabatella e Dira Paes.

Prêmio

O nome do Prêmio é uma homenagem ao primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Maria, no Pará, João Canuto de Oliveira, assassinado em dezembro de 1985. Caso que levou o Brasil à condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, tanto pela demora no julgamento do crime, como pelo fato de o Estado não ter garantido sua segurança, apesar de ter recebido as denúncias do sindicalista pelas ameaças sofridas. ■

Vice-presidente do Cimi, Roberto Liebgott, recebe a premiação da entidade Humanos Direitos, no RJ



Em visita *Ad limina*, Bispo de São Gabriel da Cachoeira (AM) e Papa Bento XVI conversam sobre questões indígenas

O Bispo de São Gabriel da Cachoeira, dom Edson Damian, foi recebido pelo Papa Bento XVI, no dia 1º de outubro, em visita *Ad limina*. Dom Edson conversou com o Papa durante 20 minutos, acompanhado do Pe. Reginaldo Cordeiro, salesiano, e indígena do povo Arapaso, de S. Gabriel da Cachoeira, que havia sido ordenado presbítero por dom Edson no dia 15 de agosto deste ano.



Segundo dom Edson, a visita foi bastante proveitosa e o Papa mostrou seu carinho especial pelos índios e pela Amazônia. Dom Edson afirmou que Bento XVI fez muitas perguntas sobre os indígenas da Amazônia e em especial do rio Negro. Ao final da visita, dom Edson presenteou o Papa com um colar indígena. ■

Entidades indígenas enviam carta pública aos presidentiáveis

“Esperamos que o próximo governo coloque de fato a questão indígena na centralidade das políticas do Estado, garantindo os nossos direitos de cidadãos brasileiros, mas também de povos com direitos coletivos diferenciados, com quem este país tem ainda enormes dívidas históricas e sociais por pagar”

A poucos dias do segundo turno das eleições deste ano, entidades representativas dos diversos povos indígenas do país enviaram carta pública aos candidatos à Presidência da República, José Serra (PMDB) e Dilma Rousseff (PT). A iniciativa foi motivada pelo momento político-eleitoral quando os candidatos apresentam propostas que afetarão o futuro do país e o destino de todos os brasileiros e brasileiras, entre eles os povos indígenas, também cidadãos desta nação.

O documento aborda a garantia dos direitos dos povos indígenas no novo governo, bem como agilidade no atendimento de antigas demandas, que têm, historicamente, pautado a luta desses povos na defesa de suas terras, identidades e culturas. O texto traz referência a ações que afetam direta e indiretamente a vida desses povos, como os grandes empreendimentos do



que se encontram, bem como todo e qualquer projeto do governo federal que priorize o desenvolvimento em detrimento à vida.

“Diante desse quadro, somos contra qualquer proposta de desenvolvimento que, mesmo se dizendo sustentável, não contraria a lógica mercantilista, desenvolvimentista a qualquer custo e o consumo exacerbado, dominado pela privatização da água, das florestas, da atmosfera, enfim da vida, rompendo a harmonia e a unidade entre vida-sociedade e cultura que milenarmente praticamos”. [Trecho da carta na íntegra].

biodiversidade e outras potencialidades, incluindo uma das maiores diversidades étnicas do planeta, que há milhares de anos preservamos”. [Trecho da carta].

Mesmo com o reconhecimento da diversidade etnocultural do país e da garantia dos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal Brasileira, esses povos continuam vítimas de preconceito, discriminação e racismo. Muitas comunidades têm enfrentado, inclusive, ações violentas e truculentas, como perseguições, ameaças, prisões e assassinatos.

Os povos indígenas manifestam através da carta total repúdio à atual situação de desassistência e violência em

O documento é assinado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL); Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPIPAN); Grande Assembléia do Povo Guarani (Aty Guasu) e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE).

governo federal e também a criminalização de lideranças indígenas.

“A partir desta matriz neocolonial, setores ou representantes do latifúndio, do agronegócio, das mineradoras, das madeireiras, dos grandes empreendimentos ou dos próprios governos têm se articulado para reverter os direitos constitucionais dos povos indígenas e tomar por assalto as terras indígenas e os recursos naturais, hídricos, da

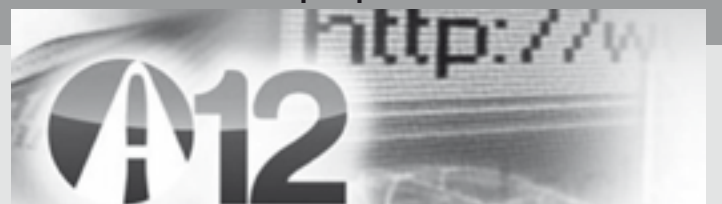
Veja principais reivindicações

- 1) Aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas, engavetado há mais de 15 anos no Congresso Nacional;
- 2) Aprovação do Projeto de Lei e efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista;
- 3) Implementação da Secretaria Especial de Saúde Indígena e efetivação da autonomia política, financeira e administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI`s), com a participação plena e controle social efetivo dos nossos povos e organizações nos distintos âmbitos, local e nacional;
- 4) Demarcação, proteção e desintrusão de todas as terras indígenas priorizando com urgência o caso crítico dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, principalmente os Guarani Kaiowá;
- 5) Não construção de empreendimentos que impactam direta ou indiretamente as terras indígenas, tais como: a Transposição do Rio São Francisco, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH`s) no Xingu e na região Sul do país, bem como
- 6) Fim da criminalização e prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam pelos direitos de seus povos e comunidades;
- 7) Criação e implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras;
- 8) Adequação da Fundação Nacional do Índio (Funai) a um novo patamar da política indigenista, que não seja paternalista, assistencialista, tutelar e autoritário, em respeito ao reconhecimento da autonomia dos povos indígenas e conforme suas reais necessidades e aspirações;
- 9) Garantia de acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, de forma continuada e permanente, nas aldeias, na terra indígena ou próxima da mesma, conforme a necessidade de cada povo;
- 10) Participação dos povos indígenas na discussão e estabelecimento de quaisquer medidas ou políticas públicas que os afete. ■

Ouçá o Potyrõ

Todos os sábados e domingos, às 12h35, dentro do Programa Caminhos da Fé, na rádio Aparecida. 820 kHz

Também estamos on line pelo portal www.a12.com



Carta com as reivindicações indígenas assinada pelos presidentiáveis antes das eleições

Estrangeiros na Própria Terra

Presença Guarani e Estados Nacionais

Leda Bosi
Sedoc

O autor é membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), atuando há mais de 20 anos com populações indígenas, trabalhando diretamente nas aldeias e por meio de pesquisas científicas sobre esses povos. O texto ajuda a compreender o processo da ocupação territorial e a situação fundiária do povo Guarani.

O povo indígena Guarani é atualmente um dos maiores povos do Cone Sul da América. Ele se faz presente em pelo menos cinco países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, amplo território de ocupação e mobilidade tradicional guarani, onde esse povo se movimenta e vive num território não exclusivo, que vai além das fronteiras dos Estados-Nação.

O livro é resultado de pesquisa e análise junto a aldeias guarani no estado de Santa Catarina (Brasil) e na província de Misiones (Argentina). Apresenta um estudo comparado do tratamento sociojurídico entre esses dois países no que tange à especificidade Guarani. Em Santa Catarina há, no momento, mais de 20 aldeias, localizadas sobretudo no litoral, e em Misiones esse número ultrapassa 50.

O estudo abrange a história do povo Guarani do passado ao presente, antes da invasão européia, durante o período colonial e o que ocorre atualmente. Dentro da história do Brasil colônia, vemos como os mecanismos culturais dos Guarani possibilitaram a resistência depois de cinco séculos de contatos e conflitos com os não-indígenas, e teimosamente continuam insistindo em manter a identidade e em lutar para preservar sua rica cultura. No capí-

tulo que apresenta a importância das reduções no universo Guarani (século 18), em que a redução implicava aos indígenas abandonar seus costumes e se submeter às regras dos religiosos e ao trabalho disciplinado, vê-se que a redução não foi uma tarefa fácil. O texto mostra alguns aspectos dos confrontos guarani com o sistema colonial e as estratégias de resistência por eles adotadas. Destaca-se aqui, o fato de se ver o Guarani não apenas como vítima ou figurante relacionado a um sistema, mas como agente dinamizador de sua história, que resistiu, enfrentou e participou de projetos com colonos e missionários.

Percorrendo as páginas do livro, acompanhamos a origem e a dispersão dos Guarani, sua organização linguística, cultura e organização social, a sua economia e, em especial, um aspecto fundamental do modo de ser Guarani, a relação que estabelecem com a terra. Além de ser um espaço de residência e cultivo, é, principalmente, o lugar de vivência cultural e religiosa. A terra se identifica com o *tekoa* – a terra perfeita, a terra sem mal, o ideal de terra para os Guarani, lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser Guarani.

Na busca dessa terra, o povo Guarani se distingue pelos constantes deslocamentos. Há várias análises de historiadores, antropólogos, para explicar esse constante ir e vir. Mas o aspecto comum nessas análises é a busca, pelos Guarani, de espaço, de terra, tanto na esfera física - espaço concreto, quanto

na esfera transcendental, a busca da terra sem mal, espaços preservados que possibilitem viver a passagem para o sagrado. Nesse sentido, são vários os depoimentos colhidos pelo autor, sobre a quantidade de deslocamentos efetuados pelos Guarani, durante a vida, tendo como ponto de partida alguma aldeia situada em território paraguaio, argentino ou brasileiro. O que se infere desses depoimentos, idas e vindas de e para muitas direções, são em geral a determinação de não aceitar a dominação, a busca de espaços adequados às necessidades de viver as relações sociais próprias, seja na esfera religiosa mítica, seja na esfera econômica e social.

Eu sou nascido no Passo Feio (RS). Morei uns tempos na Limeira (Xapecozinho), no Paraná, e depois vim pra Argentina. Mas pra lá não dava (referindo-se às aldeias onde morou, em Misiones). Daí vim aqui (Peperi Guaçu), aqui ninguém incomoda(...).

Liderança Guarani M.S

Fruto dos constantes deslocamentos, muitas vezes nas discussões, debates, na etnografia, é comum ouvir ou ver as expressões “são índios paraguaios”, são “estrangeiros”, “vieram da Argentina”. Nesse sentido, segundo o autor, pode-se fazer uma análise político/ideológico, especialmente por parte do Estado, que destaca esta questão para negar-lhes ou reduzir-lhes os direitos, argumentando que, sendo estrangeiros, os direitos não serão os mesmos que dos brasileiros, especialmente quanto ao reconhecimento e à demarcação das terras que tradicionalmente ocupam.



Clóvis Antonio Brighenti
Florianópolis : UFSC; Chapecó : Argos, 2010
282 p.

Ressalte-se aqui a importância da bibliografia consultada, histórica, arqueológica, antropológica e da ciência política, legislação indigenista nacional e internacional. Estudos esses, acrescidos de observação direta em campo e acompanhamento das conjunturas locais. A esse conjunto destaca-se a apresentação de mapas, gráficos, quadros, figuras e fotografias. Esse rico material oferece subsídios e desafios a pesquisadores, técnicos de instituições governamentais e ONGs, além de políticos, juristas, entre outros profissionais e interessados.

As informações e reflexões apresentadas pelo autor são de grande valia para que se encontrem formas de avançar em definições e resultados centrados na temática fundiária – eixo norteador do trabalho, e que possam ser avaliados como positivos pelos próprios Guarani. ■

Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
adm.porantim@cimi.org.br

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:

SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF

– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!

– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.

– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Os Payayá massacram paulistas

Benedito Prezia
Historiador

Se o século 16 significou a conquista do litoral do Brasil pelos portugueses, no século seguinte ocorreu a conquista do interior, onde viviam povos, na sua maioria de língua jê. Não sem razão foram chamados de *muralhas do sertão*, pois muito dificultaram a expansão lusitana.

Entre os vários episódios ocorridos nesse século, destaca-se a resistência do povo Payayá, que vivia nas regiões de Utinga e Jacobina, na parte central da Bahia. Periodicamente desciam ao litoral, atacando e destruindo fazendas e engenhos.

Os Payayá fazem parte da grande nação Kariri, sendo muito apegados às suas tradições religiosas, como se lê em alguns relatos jesuíticos.

Apresentavam alguns traços culturais dos povos de língua jê, como a corrida de tora, além de um endocanibalismo realizado no ritual funerário. É possível que, como os Tupi, praticassem também a antropofagia, como afirmam relatos da época.

Incapaz de deter os ataques deste belicoso povo, o governador-geral Francisco Barreto, em 1657, fez um apelo aos paulistas, já que tinham fama de serem os únicos a controlar as rebeliões indígenas. O que mais os animavam nestas ações é que parte do pagamento era feito com escravos capturados.

Os paulistas foram os grandes exterminadores dos indígenas do Vale do Paraíba e das missões jesuíticas do Sul. Sem poder ter armas de fogo, os Guarani aldeados e os padres viam suas reduções serem destruídas e seus moradores serem levados como escravos para São Paulo. Com a autorização do rei da Espanha, os indígenas missioneiros começaram a se defender com armas de fogo, impondo muitas derrotas aos paulistas, como foi o caso de Domingos Barbosa Calheiros e de seus comandados, que foram derrotados pelos Guarani da redução de Santa Teresa, na região de Corrientes, atual Argentina.

Voltando para São Paulo,

este português continuava se envolvendo no tráfico de escravos. Assim em 1657 foi chamado para reprimir os ataques do Payayá, no interior baiano, a pedido do governador-geral. Embora sexagenário, Calheiros aceitou este desafio, do qual se arrependeria mais tarde.

Em fevereiro do ano seguinte o batalhão paulista, comandado por Domingos Calheiros e por seus dois adjuntos, Fernando de Camargo, o moço, e Bernardo Sanches de Aguiar, passaram a recrutar na Bahia pessoas para a expedição, pois haviam trazido um número bem menor de portugueses e guerreiros indígenas do que o prometido. Isso fez com que partissem somente em outubro. Entre os membros da expedição estavam vários paulistas conhecidos, como os irmãos Francisco e João Jorge Leite e o capelão, Pe. Mateus Nunes de Siqueira, conhecido fazendeiro paulista, dono de terras e escravos.

A bandeira sertanista, à medida que ia adentrando o sertão, recrutava mais portugueses e, sobretudo indígenas aliados, como os das aldeias de Jaguaripe e Tocos. Nas terras de Francisco Dias d'Ávila, grande latifundiário baiano, receberam um reforço importante de alguns indígenas Payayá dissidentes, que sob o comando de Jaquarique, iriam servir de guias. A bandeira projetava exterminar não somente os Payayá, como também atacar as aldeias dos Marakaguaçu e dos Tupini, na região de Orobó, pois eram indígenas bastante apreciados, pelo fato de falarem tupi, a mesma língua dos paulistas.

A expedição que muito prometia, começou a ver seus projetos frustrados à medida que penetrava naquele escaldante sertão. Na verdade os Payayá que se ofereceram como guias não eram dissidentes, mas guerreiros, disfarçados de amigos para levar os paulistas ao massacre.

Na região de Tapuricé, próximo à Jacobina, o batalhão de quase 200 portugueses começou a ser atacado. A documentação da época não dá muitos detalhes, mas afirma que Domingos Calheiros conseguiu escapar com vida, juntamente com alguns outros, que com muita dificuldade chegaram até Salvador, depois de enfrentar fome e sede. Em 1660 já estavam em São Paulo, tendo este sertanista falecido logo depois, certamente devido às agruras desta jornada. O Pe. Mateus de Siqueira, que estava entre os sobreviventes, morrerá mais tarde, pois fará seu testamento em 1682, deixando para sua irmã fazenda e os escravos que possuía na região do Tatuapé, onde até hoje existe uma casa bandeirista.

Infelizmente a história de resistência dos Payayá ainda não foi escrita, precisando ser recuperados seus feitos e seus heróis. ■



APOIADORES

caritas



PORANTIM

Outubro-2010 | 16